



Luis Cesar Bueno

Uma questão de justiça e coerência

"O fraco jamais perdoo: o perdão é uma das características do forte." Mahatma Gandhi

O Partido dos Trabalhadores, por meio de sua direção nacional, terá a tarefa de julgar no próximo dia 08/05/09, o pedido de recondução ao partido, de Delúbio Soares, que foi fundador e coordenador de todas as campanhas de Lula para presidência da República. Entendo a preocupação de alguns dirigentes que temem estar pautando novamente a crise política de 2005, sobre o argumento de que o partido não deve embarcar em uma agenda negativa. Entretanto, o PT tem que colocar um ponto final neste delicado fato. Para isto, assim como fez o presidente Lula no segundo turno das eleições de 2006, o PT deve fazer a política do enfrentamento. O pleito de Delúbio Soares é justo. É inconcebível que após o expressivo apoio popular que o partido teve no segundo turno das eleições para presidente, obtendo seis milhões de votos a mais em relação às eleições de 2002, e mesmo tendo uma ampla campanha difamatória desenvolvida pelos adversários e setores da mídia, Delúbio não tenha sido reintegrado ao PT.

Vários deputados envolvidos no chamado "mensalão" tiveram as condições de disputar as eleições e serem eleitos. Oportunidade semelhante não teve Delúbio, que mesmo não tendo sido condenado em nenhum processo, ficou fora do partido que muito lutou para construir. É evidente e ficou provado que em todas as operações financeiras desenvolvidas pelo então coordenador financeiro da campanha, não existem qualquer tipo de transações envolvendo recursos públicos. A justiça brasileira deve uma resposta à nação: Existiu mensalão? Qual é o contexto que fundamentou o denunciado caixa dois?

O congresso nacional deve ao país uma reforma política ampla, com eleições gerais, financiamento público de campanha, fidelidade partidária, e voto em listas. A existência de uma legislação eleitoral que garanta a soberania do voto e não do poder econômico, seria em tese, a consequência positiva de toda crise política de 2005. Isto não aconteceu. Em toda história recente da república os processos eleitorais são marcados por denúncias de abuso do poder econômico. O PT é o partido que, de 1982 a 2008, disputou eleições sempre enfrentando dificuldades financeiras. Bastou a direção nacional do PT potencializar as campanhas de 2002, com a mesma estrutura dos adversários, com showmícios e camisetas, para que o que era permitido durante décadas fosse proibido em uma rapidez impressionante, colocando Delúbio como alvo de uma pretensa campanha desmoralizante. Nunca um dirigente partidário teve sua vida e de sua família tão exposta em função de se dedicar integralmente às atividades partidárias. Enfrentou todos os processos com humildade e determinação sem possuir a imunidade parlamentar que muitos dos acusados utilizaram. Até o presente momento não conseguiram condená-lo. As medidas aplicadas pelo TRE, visando o abuso do poder econômico nas eleições, ainda são muito tímidas. A cassação dos governadores do Maranhão e da Paraíba recentemente demonstra isto. Precisamos de uma nova legislação eleitoral que garanta a plena liberdade e soberania do voto popular, sem interferência do poder econômico. Condições iguais para todos em um processo de disputa eleitoral.

Fiquei sensibilizado com o artigo "A fome dos bolsos gordos", escrito por um dos mais respeitados jornalistas da imprensa nacional, Batista Custódio, que na edição do Diário da Manhã do dia 27/04/09, conclui que o PT deve uma reparação histórica ao dirigente Delúbio Soares. Soma-se ao artigo deste notório articulista, manifestações de José Dirceu, Cândido Vaccarezza, Carlos

Eduardo Gabas, Artur Henrique, Paulo Ferreira, Antônio Pitanga, Gilberto Palmares, João Felício, Chico Vigilante, André Vargas, Devanir Ribeiro, Geraldo Simões, João Paulo Cunha, José Mentor, Antônio Pallochi, Raul Filho, Rui Falcão, Zeca do PT, Jorge Viana, Vicentinho, Luís Marinho, Paulo Frateschi, Dalva Figueiredo, Layse Monniere, José Airton, Ângelo Vanhoni, Rochinha, Fátima Cleide, Leo Pereira, Marcus Vinicius Felipe, João Coser, José Genoino, Nilson Mourão, Paulo Rocha, Wellington Dias, Carlos Abigail, João Paulo Cunha, Edson Santos, Eduardo Matarazzo Suplicy, e tantos outros publicados em vários órgãos da imprensa. Isto mostra que Delúbio não está sozinho. Existe por parte de um contingente significativo de dirigentes do PT, jornalistas, intelectuais, ministros, prefeitos, governadores e parlamentares, a vontade que o PT seja justo com um de seus fundadores. Delúbio não foi condenado, mas cumpre uma dura pena por estar afastado do partido que fundou e foi peça-chave para eleição de seu principal dirigente à presidência da República. São hipócritas os argumentos daqueles que são contrários à sua pretensão. Afinal, constitucionalmente até os condenados por crimes hediondos podem pedir anistia e revisão de pena. Não perceber isto, nos leva a valorizar ainda mais os argumentos expostos no citado artigo de Batista Custódio, que, ao defender Delúbio, utiliza o centenário conceito dos tropeiros que fizeram a história de Goiás, ao denominá-lo como "Boi de Piranha".

Entrei na universidade muito jovem, no início dos anos oitenta. Como todo estudante daquela geração, fomos motivados para militância política objetivando as liberdades democráticas, o estado de direito e o fim do regime militar. Estes ideais motivaram a aglutinação da juventude pela construção de um Partido de Trabalhadores. Foi nesta época que conheci Delúbio, um estudante de matemática muito inquieto, sempre ativo nas articulações realizadas nos intervalos das aulas da Universidade Católica de Goiás. Posteriormente, como professor, nos corredores do Liceu de Goiânia e do Colégio Bandeirantes, onde após "limpar o pó-de-giz" das mãos nas calças jeans surradas, atualizávamos as ações do Centro dos Professores de Goiás na luta sindical. Poderia enumerar várias atividades políticas marcantes desta época, mas limito-me a destacar sua atuação nos movimentos pela Anistia, Diretas Já, e contra a Lei de Segurança Nacional. Delúbio fundou a CUT - Central Única dos Trabalhadores, e foi o seu primeiro presidente.

Apesar de ter uma atuação muito próxima nos movimentos sociais, dentro do PT nossa militância sempre foi em posições diferentes. Delúbio fundou o Movimento dos 113, que posteriormente tornou-se Articulação Unidade na Luta, força política responsável pelo Campo Majoritário, que conduziu o PT por um longo período. Por outro lado, eu estava na Nova Esquerda, Democracia Radical e Movimento PT, sequencialmente, procurando articular uma linha política mais independente. Apesar de conviver com Delúbio por dois mandatos na Direção Nacional, não obtive o seu apoio em nenhuma das campanhas que disputei. Com dois mandatos de vereador por Goiânia e dois como deputado estadual, tenho a tranquilidade de dizer que meu apoio não deriva de qualquer agradecimento pessoal e sim por testemunhar sua luta pela construção do PT e do movimento sindical. Ciente da coerência e da justa defesa desta tese, expresso abertamente o meu voto na próxima reunião do diretório nacional.

Luis Cesar Bueno é deputado estadual, professor, especialista em política, gestão e finanças públicas. Membro do Diretório Nacional e vice-presidente do Diretório Regional do PT.

CIDADES

7

GOIÂNIA, DOMINGO, 3 DE MAIO DE 2009

Diário da Manhã